

ESTUDOS I



FACULDADE de ECONOMIA da UNIVERSIDADE do ALGARVE

ESTUDOS I

Cidadania, Instituição e Património

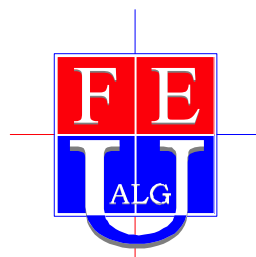
Economia e Desenvolvimento Regional

Finanças e Contabilidade

Gestão e Apoio à Decisão

Modelos Aplicados à Economia e à Gestão

A Faculdade de Economia da Universidade do Algarve



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2004

COMISSÃO EDITORIAL

António Covas
Carlos Cândido
Duarte Trigueiros
Efigénio da Luz Rebelo
João Albino da Silva
João Guerreiro
Paulo M.M. Rodrigues
Rui Nunes

FICHA TÉCNICA

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Campus de Gambelas, 8005-139 Faro
Tel. 289817571 Fax. 289815937
E-mail: ccfeua@ualg.pt
Website: www.ualg.pt/feua

Título

Estudos I - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Autor

Vários

Editor

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Morada: Campus de Gambelas
Localidade: FARO
Código Postal: 8005-139

Compilação e Design Gráfico

Susy A. Rodrigues

Revisão de Formatação e Paginação

Lídia Rodrigues

Fotolitos e Impressão

Serviços Gráficos da Universidade do Algarve

ISBN

972-99397-0-5 - Data: 26.10.2004

Depósito Legal

218279/04

Tiragem

500 exemplares

Data

Novembro 2004

**RESERVADOS TODOS OS DIREITOS
REPRODUÇÃO PROIBIDA**

A Serra do Caldeirão: Instrumentos de financiamento

Efigénio Rebelo

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo

Este artigo caracteriza sócio-economicamente a zona da serra do caldeirão como uma zona de baixas densidades, com predominância da actividade agrícola de pouco valor acrescentado, onde a existência de uma estrutura empresarial incipiente e o baixo nível de desenvolvimento tecnológico têm sido apresentados como justificação para o inevitável envelhecimento da população residente e, conseqüentemente, para a redução dos níveis de escolaridade.

Mostra-se que, apesar de algumas zonas rurais apresentarem já alguns indicadores interessantes em termos de evolução sócio-económica, essa evolução é ainda incipiente, sendo insuficiente o aproveitamento dos instrumentos financeiros de desenvolvimento existentes, designadamente dos instrumentos classificados no Eixo Prioritário 2, do Programa PROA, como Acções Integradas de Base Territorial.

Defende-se que uma especial atenção deve ser dada à fixação dos jovens, em termos de residência, factor determinante para que a dinamização da base económica do interior seja possível. O inverso, como tem sido defendido, não tem tido o sucesso desejado e poderia mesmo levar a um modelo de desenvolvimento inadequado.

Finalmente, alerta-se para a necessidade de a análise do poder de compra concelhio ser desagregada a nível de freguesia, sob pena de muitas das zonas rurais mais deprimidas não serem elegíveis para financiamento ao abrigo do programa PRASD.

Palavras-chave: Evolução Sócio-económica, Programa PRASD, Economia Regional

Abstract

This paper looks to socio-economically characterise the Serra do Caldeirão region as a region of low population density predominantly agricultural-dependent of little value added, and whose weak corporate framework together with poor technological development have been argued to account for the inevitable aging of the resident population and reduced levels of educational attainment.

We show that although some rural regions display some interesting indicators in terms of socio-economic evolution, this evolution is still frail, with existing financial tools for development insufficiently exploited, namely, tools classified in Priority Axis 2 of the PROA Program, as integrated actions of territorial basis.

We believe that special attention should be given to establishing fixed residences for the younger population. This is a determining factor which will stimulate a more active economic foundation for the interior region. The reverse, as

As 23 freguesias algarvias distribuem-se por 6 concelhos: Alcoutim, Castro Marim, Loulé, São Brás de Alportel, Silves e Tavira.

Quadro 1 - Densidades populacionais das 38 freguesias dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Loulé, S. Brás de Alportel, Silves e Tavira.

Freguesia	h/km²	Área
Pereiro - Alcoutim	2,8	101,25
Giões - Alcoutim	4,7	65,95
Vaqueiros - Alcoutim	4,8	145,63
Ameixial - Loulé	5,0	121,35
Cachopo - Tavira	5,2	197,56
Odeleite - Castro Marim	6,6	141,78
Alcoutim - Alcoutim	8,5	129,60
São Marcos da Serra - Silves	9,9	154,90
Azinhal - Castro Marim	10,2	67,96
Martin Longo - Alcoutim	10,3	134,14
Salir - Loulé	16,3	185,29
St ^a Catarina da Fonte do Bispo - Tavira	17,5	118,98
Benafim - Loulé	21,2	37,18
Querença - Loulé	20,7	55,10
Alte - Loulé	22,9	94,69
Conceição - Tavira	23,6	61,18
São Bartolomeu de Messines - Silves	34,5	246,41
Castro Marim - Castro Marim	38,5	79,21
St ^o Estevão - Tavira	48,8	26,36
St ^a Maria - Tavira	49,4	135,09
Tôr - Loulé	59,7	14,85
Silves - Silves	60,7	177,45
S. Brás de Alportel - S. Brás de Alportel	67,0	150,05
Algoz - Silves	75,7	38,91
Pera - Silves	96,3	20,26
São Sebastião - Loulé	100,0	67,31
Boliqueime - Loulé	107,9	41,46
Luz - Tavira	119,8	31,53
Alcantarilha - Silves	120,1	19,54
Almancil - Loulé	140,3	62,69
Tunes - Silves	166,7	12,13
Cabanas de Tavira - Tavira	169,6	6,31
Altura - Castro Marim	176,5	10,88
Santiago - Tavira	303,8	47,42
São Clemente - Loulé	229,7	25,70
Santa Luzia - Tavira	387,7	4,46
Armação de Pera - Silves	412,0	9,15
Quarteira - Loulé	426,9	37,79
Fonte: ANMP		

O quadro mostra-nos a densidade populacional e a área de cada uma das 38 freguesias dos 6 concelhos, por ordem crescente de densidade. A densidade populacional das 23 freguesias (as da serra do Caldeirão) varia entre um mínimo de 2,8h/Km² (Pereiro – Alcoutim) e um máximo de 67h/Km² (S. Brás de Alportel). As restantes 15 freguesias, ou são do litoral ou pertencem a centros urbanos fora da zona do Caldeirão. Estas freguesias apresentam, todas elas, maiores densidades populacionais, atingindo mesmo valores acima de 400h/Km² nos casos de Quarteira e Armação de Pêra.

Esta variabilidade de densidades populacionais suporta habitualmente a ideia de um Algarve a duas velocidades, ainda que as menores densidades populacionais não cheguem, do nosso ponto de vista, para classificar o interior de “subdesenvolvido” e o litoral e os grandes centros urbanos de “desenvolvidos”. O conceito de desenvolvimento, designadamente o de desenvolvimento sustentável, tem seguramente outras componentes e/ou outras dimensões.

Importaria, portanto, caracterizar sócio-economicamente as 38 freguesias dos 6 concelhos para se poder aferir da justeza das classificações acima referidas. Infelizmente, porém, os dados disponíveis no Infoline do INE permitir-nos-ão, apenas, caracterizar os 6 concelhos. Sendo certo que apenas dois dos concelhos (Alcoutim e S. Brás de Alportel) não têm freguesias no litoral e que apenas o concelho de Castro Marim é predominantemente do interior (a exceção é a freguesia de Altura), a análise que se segue terá limitações óbvias, ainda que permita perceber, no entanto, que na última década houve um esforço de aproximação entre o interior e o litoral, o qual, ainda que diminutamente conseguido, merece ter continuidade.

2. Caracterização sócio-económica dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Loulé, São Brás de Alportel, Silves e Tavira

Quadro 2.1 Densidades populacionais em 1991 e 2001.

Concelho	1991 h/ km ²	2001 h/ km ²	Área Km ²	2001 (Serra) h/ km ²	Área Serra Km ²
Alcoutim	8	7	576,57	7	576,57
Castro Marim	23	22	298,81	16	288,93
Loulé	61	77	765,13	17	508,46
São Brás de Alportel	50	67	150,05	67	150,05
Silves	49	50	678,75	36	578,76
Tavira	41	41	607,17	23	539,17

Fonte: ANMP

De acordo com este quadro, na última década, apenas os concelhos de Castro Marim e Alcoutim perderam população (em ambos os concelhos as densidades populacionais baixaram 1h/Km²). A diminuição de densidade no concelho de Alcoutim é todavia mais significativa em número de habitantes, já que Alcoutim tem aproximadamente o dobro da área de Castro Marim.

Por outro lado, nos outros três concelhos, Loulé, Silves e Tavira, em que predomina, ainda que não sendo exclusiva, a zona da Serra, as densidades em 2001 são bem mais baixas se consideradas apenas as freguesias da zona da Serra, o que sugere a conclusão de que, provavelmente, também essas zonas, nesses concelhos, terão perdido população, à semelhança de Alcoutim e Castro Marim. Esta baixa de densidade é particularmente significativa no concelho de Loulé, onde os valores de 77 h/Km² no concelho e de 17 h/Km² na zona da Serra, mostra bem a forte assimetria em termos de povoamento.

Finalmente, São Brás de Alportel é o concelho onde a densidade subiu mais significativamente no período de 1991 a 2001, apesar de ser um concelho exclusivamente serrano. Esta subida não será certamente alheia à melhoria das acessibilidades e à proximidade de Faro!

Quadro 2.2 . Estrutura do nível de escolaridade em 1991 e 2001.

Concelho	Ano	Sem qualquer nível de ensino	Ensino Básico ou Secundário	Ensino Médio ou Superior	Taxa de Analfabetização
Alcoutim	1991	35,90%	63,00%	1,10%	33,40%
	2001	49,70%	42,30%	8,00%	29,40%
Castro Marim	1991	28,50%	70,00%	1,50%	25,40%
	2001	22,70%	71,80%	5,50%	19,70%
Loulé	1991	20,00%	76,00%	4,00%	14,50%
	2001	14,20%	76,90%	8,90%	9,60%
São Brás de Alportel	1991	15,90%	80,90%	3,20%	11,00%
	2001	13,70%	76,30%	10,00%	9,30%
Silves	1991	22,80%	74,20%	3,00%	18,50%
	2001	17,30%	75,80%	6,90%	13,70%
Tavira	1991	23,30%	73,10%	3,60%	19,10%
	2001	18,10%	72,90%	9,00%	14,10%

Fonte: INE (1991) XIII Recenseamento Geral da População
INE (2001) XIV Recenseamento Geral da População

O quadro permite concluir que, com excepção do concelho de Alcoutim, as percentagens de habitantes sem qualquer nível de ensino baixaram entre 1991 e 2001, são relativamente estáveis na população com ensino básico ou secundário e sobem na população com ensino médio ou superior.

Alcoutim apresenta em 2001 uma estrutura ainda mais desequilibrada do que em 1991, subindo nos extremos, em detrimento da percentagem da população com ensino básico ou secundário. Esta estrutura encontra concerta justificação, por um lado no acentuado envelhecimento da população, já que só as classes etárias de mais idade não têm escolaridade, e por outro lado, no número de jovens que antes ficavam

pela escolaridade básica ou secundária e que agora acabam o ensino médio ou superior.

Quanto às taxas de analfabetismo, caem em todos os concelhos, no período em análise.

Quadro 2.3. Evolução na estrutura etária da população entre 1991 e 2001.

Concelho	< 14 Anos	14-24 Anos	25-64 Anos	≥ 65 Anos
Alcoutim	-44,60%	-30,30%	-21,50%	3,00%
Castro Marim	-20,00%	-18,10%	-0,30%	11,20%
Loulé	8,20%	25,20%	-3,60%	25,40%
São Brás de Alportel	19,10%	14,40%	43,00%	34,00%
Silves	-20,40%	1,00%	6,20%	14,40%
Tavira	-24,30%	-6,80%	4,40%	16,40%
Algarve	-5,30%	7,30%	22,50%	24,60%

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

Este quadro permite confirmar o que atrás se disse sobre o envelhecimento da população em Alcoutim, com taxas de crescimento negativas em todas as classes, com excepção da classe etária ≥ 65 anos.

Permite também enfatizar que o mesmo se passa com Castro Marim, ainda que de forma menos acentuada. De qualquer forma, regista-se maior crescimento da classe etária ≥ 65 anos, quando comparada com a de Alcoutim, o que, curiosamente, não desequilibra a estrutura do nível de ensino de Castro Marim, vista na secção anterior.

Silves e Tavira apresentam taxas de crescimento negativas na classe etária < 14 anos, algo preocupantes quando comparadas com a taxa negativa da Região, de apenas $-5,3\%$. Tavira apresenta mesmo uma taxa de crescimento negativa na classe etária 14–24 anos, contrariando assim a taxa de crescimento da Região, de $7,3\%$.

Finalmente, São Brás de Alportel e Loulé apresentam taxas de crescimento positivas em todas as classes, ainda que isso não chegue para evitar o envelhecimento de uma população, que à semelhança do que acontece a nível nacional, ‘insiste em não ter filhos’ e ‘teima em viver mais anos’.

Quadro 2.4 Taxas de actividade em 1991 e 2001.

Concelho	População activa na população residente em 1991	População activa na população residente em 2001
Alcoutim	28,70%	33,29%
Castro Marim	38,50%	39,60%
Loulé	40,80%	48,90%
São Brás de Alportel	38,09%	45,50%
Silves	42,80%	46,70%
Tavira	40,10%	43,70%
Algarve	43,31%	48,66%

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

A evolução nas taxas de actividade (% da população activa na população residente) é positiva, na década 1991-2001, em todos os concelhos. No entanto, apenas Loulé apresenta uma taxa de actividade, em 2001, ligeiramente acima da taxa de actividade da Região. Uma vez mais, também nas taxas de actividade, Alcoutim e Castro Marim apresentam os piores resultados.

Quadro 2.5. Taxas de desemprego em 1991 e 2001.

Concelho	Taxa de desemprego em 1991	Taxa de desemprego em 2001
Alcoutim	6,30%	7,30%
Castro Marim	8,30%	5,10%
Loulé	4,30%	5,10%
São Brás de Alportel	5,00%	6,20%
Silves	4,50%	5,40%
Tavira	6,20%	6,40%
Algarve	5,10%	6,20%

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

Em todos os concelhos, com excepção de Castro Marim, há uma ligeira subida da taxa de desemprego. Subida semelhante tem a Região, como um todo. É de realçar, no entanto, a descida muito razoável na taxa de desemprego em Castro Marim. Castro Marim e Lagos (que não entra nesta análise) são, de resto, os únicos concelhos algarvios onde essa descida se verificou. Em Lagos, porém a descida foi menos acentuada.

Quadro 2.6. Localização dos sectores de actividade económica e índices de entropia em 2001.

Quocientes de Localização						
Sector	Alcoutim	Castro Marim	Loulé	São Brás de Alportel	Silves	Tavira
1 - Agricultura, silvicultura e pesca	3,090	1,845	1,003	0,477	1,343	2,017
2 - Indústrias extractivas	0,000	0,447	1,329	3,132	0,524	1,459
3 - Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco	3,690	1,128	1,053	0,987	0,844	0,630
4 - Indústrias têxtil e do calçado	0,000	0,601	1,156	0,876	0,737	0,930
5 - Indústrias da madeira e do papel, edição e impressão	0,260	1,150	0,999	2,930	0,951	0,895
6 - Indústrias dos produtos petrolíferos, químicos, de borracha e de elástico e outros minerais não metálicos	0,791	0,532	1,120	1,886	1,410	1,451
7 - Indústria metalúrgica de base e de produtos metálicos	0,340	0,832	0,912	1,572	1,498	0,969
8 - Indústria de máquinas electrónicas e eléctricas	0,296	0,276	0,967	1,731	0,889	0,574
9 - Indústria de automóveis e outro material de transporte	0,341	1,428	0,534	0,833	0,345	1,009
10 - Indústria de mobiliário e de reciclagem	0,251	1,170	1,021	1,843	1,056	0,715
11 - Electricidade, gás, água e vapor	0,117	0,762	1,119	0,826	0,865	1,091
12 - Construção	0,842	1,367	1,028	1,056	1,121	1,275
13 - Comércio e manutenção de automóveis	0,584	0,616	0,960	1,295	0,962	0,865
14 - Comércio por grosso e intermediários	0,550	0,581	1,059	1,464	1,565	0,956
15 - Comércio a retalho e reparação de bens pessoais e domésticos	0,480	0,874	1,004	0,989	1,071	0,871
16 - Hotelaria	0,313	0,933	1,141	0,323	1,134	0,500
17 - Restauração	0,608	0,773	1,070	0,727	1,043	0,807
18 - Transportes e actividades conexas	0,434	0,882	1,143	0,856	0,962	0,634
19 - Correios e telecomunicações	0,762	0,473	0,839	1,012	0,850	1,080
20 - Intermediação financeira e seguros	1,179	0,741	0,682	1,201	0,748	1,067
21 - Actividade imobiliária	0,096	0,359	1,832	0,602	0,773	0,614
22 - Aluguer de veículos e de outros bens	0,172	0,481	0,919	0,795	0,751	0,176
23 - Actividades informáticas, de investigação e desenvolvimento	0,637	0,494	1,101	1,048	0,818	1,035
24 - Administração pública, defesa e outros serviços prestados à colectividade	2,078	1,214	0,881	0,960	0,793	1,079
25 - Educação	1,126	0,685	0,787	1,169	0,833	1,044
26 - Saúde	0,501	0,441	0,554	1,694	0,425	0,678
27 - Serviços sociais	1,834	1,387	1,061	1,094	0,839	1,099
28 - Outras actividades de serviços	0,266	0,921	1,192	1,194	0,827	0,746

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

O quociente de localização permite avaliar o nível de concentração relativa de um certo sector de actividade económica num dado concelho. Um quociente igual a 1 significaria que a importância relativa de um certo concelho (ao nível do emprego) num determinado sector de actividade económica seria igual à importância relativa que esse concelho tem (ao nível de emprego) na Região. Os valores superiores a 1, a sombreado, traduzem portanto uma concentração elevada de um certo sector de actividade económica num certo concelho.

Quadro 2.7. Índice de Entropia do concelhos da Serra do Caldeirão.

Índices de Entropia	
Concelho	Índice
Alcoutim	-
Castro Marim	1,1302
Loulé	1,2155
São Brás de Alportel	1,2448
Silves	1,1871
Tavira	1,1686

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

Por outro lado, o índice de entropia reflecte a maior ou menor dispersão do emprego por sectores de actividade económica. O índice, varia entre 0 e 1,447. Um índice igual a 0, num certo concelho, significaria que o emprego, nesse concelho, resulta apenas de um só sector de actividade económica (máxima especialização do concelho). Pelo contrário, quanto mais perto o índice estiver do valor máximo 1,447, mais os sectores de actividade económica estarão uniformemente distribuídas nesse concelho².

A análise dos valores do índice de entropia permite concluir que o concelho de Castro Marim é o que apresenta maior especialização. Os sectores que estão sobrerrepresentados no concelho são, por ordem decrescente, os sectores 1, 9, 27, 12, 24, 10, 5 e 3. No entanto, se eliminássemos da nossa análise o sector 4 (sem representação em Alcoutim), não surpreenderia que Alcoutim apresentasse um índice de entropia ainda menor, já que apenas 6 sectores estão sobrerrepresentados, com fortes quocientes de localização nos sectores 3 e 1.

Os concelhos de São Brás de Alportel e Loulé são, como seria de esperar, os concelhos com maiores índices de entropia, isto é, com maior diversidade do emprego por sectores de actividade económica (de resto, mesmo quando comparados com os restantes concelhos algarvios).

² Nota técnica: o facto de Alcoutim não ter indústria têxtil e de calçado não permite calcular o índice para esse concelho, já que a fórmula exige o cálculo do logaritmo do quociente de localização para cada sector de actividade.

Quadro 2.8 Poder de compra per capita em 1997 e 2002.

Concelho	1997	2002	Diferença
Alcoutim	34,29%	40,13%	5,84
Castro Marim	57,69%	71,33%	13,64
Loulé	131,60%	120,64%	-10,96
São Brás de Alportel	81,77%	78,79%	-2,98
Silves	68,05%	81,59%	13,54
Tavira	70,47%	83,72%	13,25
Algarve	106,47%	108,78%	2,31

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “ Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

O poder de compra per Capita sobe nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Silves e Tavira e desce nos concelhos de Loulé e São Brás de Alportel. Só o concelho de Loulé continua, apesar disso, a apresentar em 2002 um poder de compra per capita superior ao da Região (um índice de 120,64 contra um índice de 108,78), que por sua vez é superior ao do País (índice 100). Todos os outros, mesmo os que sobem, têm índices entre 40,13 (Alcoutim, em 2002) e 83,72 (Tavira, em 2002).

Se é certo que o crescimento do poder de compra per Capita verificado em Alcoutim e Castro Marim pode ser parcialmente explicado pelo decréscimo da população, já Silves e Tavira, não perderam população e têm até maiores taxas de desemprego em 2001, como vimos nas secções 2.1 e 2.5. Por outro lado, Castro Marim perdeu menos população que Alcoutim e tem, no entanto, uma subida maior no índice do poder de compra per Capita, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, o que se pode explicar pela diminuição da taxa de desemprego neste concelho (ver secção 2.5). Também a queda dos índices em Loulé e São Brás de Alportel pode ser parcialmente explicada pelo acréscimo da população, mas também, certamente pelo aumento nas respectivas taxas de desemprego (secções 2.1 e 2.5).

Quadro 2.9. Factor de dinamismo relativo.

Concelho	1997	2002	Diferença
Alcoutim	0,2274%	0,3571%	0,1297
Castro Marim	1,8015%	2,8897%	1,0882
Loulé	3,9384%	4,5441%	0,6057
São Brás de Alportel	0,9420%	0,3634%	-0,5786
Silves	1,1257%	1,2715%	0,1458
Tavira	1,3327%	1,3911%	0,0584
Algarve	2,6671%	2,9287%	0,2616

Fonte: Silva, J. A. e J. Andraz, “ Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de Trabalho, 2003.

«O Factor de dinamismo relativo mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma natureza sazonal»³.

Este factor, na região do Algarve, subiu de 2,6671 em 1997, para 2,9287 em 2002. Este factor subiu, também, na generalidade dos concelhos em apreciação, com a excepção de São Brás de Alportel, o que de alguma forma confirma a apreciação, feita na secção 2.1, de que a dinâmica populacional de São Brás de Alportel, é fundamentalmente explicada pela proximidade de Faro e pela melhoria das acessibilidades.

O facto de Alcoutim e (principalmente) Castro Marim também terem melhorado o seu dinamismo relativo volta a baralhar um pouco toda a análise precedente já que este é, sem dúvida, um bom indicador de que estes concelhos, ao contrário de São Brás de Alportel, são cada vez mais apreciados do ponto de vista turístico, ainda que menos convincentes para neles residir ou para neles trabalhar.

3. Conclusões

Da análise anterior, parece natural agrupar os 6 concelhos em 3 grupos: grupo 1: Alcoutim e Castro Marim; grupo 2: Silves e Tavira; e grupo 3: Loulé e São Brás de Alportel.

É nossa convicção que muitas das características que sabíamos ir encontrar no concelhos do grupo 1, a saber, predominância da actividade agrícola de pouco valor acrescentado, população envelhecida, com menores níveis de escolaridade, com uma estrutura empresarial incipiente e de baixo nível de desenvolvimento tecnológico são também, no fundo, características dos espaços rurais dos concelhos dos outros dois grupos. Uma análise por freguesia (ainda que a realidade rural de São Brás de Alportel continuasse mascarada pelo domínio do centro urbano) permitiria, certamente, confirmar esta nossa convicção.

Em conformidade, mais do que dizer que há um Algarve a duas velocidades, é preciso reconhecer que este problema é transversal a todos os concelhos e que essa realidade é inteiramente mascarada quando a análise é feita ao nível do concelho.

Mas importa também reconhecer que os concelhos de Alcoutim e Castro Marim apresentam já alguns indicadores interessantes em termos de evolução e que, se a análise tivesse sido feita por freguesia, certamente esses indicadores seriam também apresentados por outras regiões rurais pertencentes aos concelhos dos grupos 2 e 3. Essa evolução positiva, que aqui se enfatiza, deve naturalmente muito aos instrumentos de desenvolvimento das zonas rurais, a saber, aos diversos programas (a apresentar no ponto seguinte deste artigo), mas também, e principalmente, aos agentes de desenvolvimento local, às autarquias, aos organismos públicos da Região e às associações empresariais. São estes instrumentos e estes agentes que têm permitido, nos últimos anos, melhorar as acessibilidades, diminuindo o isolamento e a falta de informação, diminuir as lacunas de serviços e as carências de infraestruturas e de

³ Silva, J. A. e J. Andraz, “Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve”, documento de trabalho, 2003, p.49.

equipamentos sociais. Certamente, muito está ainda por fazer, mas importa saber resistir à tentação de copiar modelos de desenvolvimento inadequados, quantas vezes sancionados por maiores taxas de densidade populacional, por maiores taxas de actividade e por maiores índices de entropia.

Do nosso ponto de vista, as freguesias rurais devem procurar melhorar as suas taxas de densidade, sim, mas tendo em conta a melhoria da estrutura do nível de escolaridade, sendo certo que esta estrutura anda a par e passo com a melhoria da estrutura etária da população. Atrair os jovens é pois a principal prioridade. Mesmo que tenham que continuar a trabalhar nos centros urbanos! Que importância tem viajar 30 ou 40 Km por dia se no regresso a casa se pode desfrutar de uma boa casa, a custos mais baixos, numa zona ambientalmente mais saudável, numa pequena povoação em que todos se conhecem e têm em comum um grande amor à terra que os soube acolher! Muitos dos que moram por exemplo em Almada, com altas taxas de densidade populacional, com altas taxas de actividade, com altas taxas de entropia, mas também com altas taxas de desemprego e de poluição e sem, naturalmente, nenhum factor de dinamismo relativo, também viajam distâncias bem maiores e perdem muito mais tempo no percurso. Provavelmente, porém, não retiram o nível de satisfação que retira quem vive numa zona rural.

Em suma, a fixação dos jovens nas zonas de baixa densidade algarvias, a principal prioridade, passa, necessariamente, pela construção de casas para jovens nessas zonas deprimidas, a preços reduzidos e com financiamento público, mesmo que para esses jovens se tivesse que abrir uma excepção à actual legislação para que tal construção possa ser autorizada. A simples fixação desses jovens, justificaria então a própria criação de infraestruturas escolares, começando pelos infantários, ainda que se duvide que hoje, a existência de filhos, seja para os jovens um factor determinante do sítio onde querem viver. Por outro lado, nada disto é incompatível, muito pelo contrário, com a dinamização da base económica do interior algarvio, com o desenvolvimento do comércio e do artesanato, dos produtos tradicionais, de iniciativas de emprego local, de formação e reconversão profissional, todas estas actividades devidamente ancoradas no desenvolvimento do agro-turismo e do turismo rural.

4. Instrumentos Financeiros de Desenvolvimento

Na cimeira de Berlim foi anunciado o montante dos fundos comunitários destinados ao período de 2000-2006.

Trata-se de um contrato de parceria entre o Governo português e a Comissão Europeia que tem por base uma diversidade de programas, designados por intervenções operacionais. Cada programa operacional contém um conjunto de eixos prioritários, para cuja realização se pode recorrer a um ou vários Fundos.

A operacionalização dos domínios prioritários concretiza-se através de quatro eixos que agrupam os 18 Programas Operacionais e contemplam, de forma inovadora, um funcionamento integrado e complementar entre si.

4.1. Programa PROA (200-2006)

O Programa Operacional do Algarve (PROALGARVE) insere-se no Eixo 4 – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional. A estrutura do PROALGARVE é composta por três eixos prioritários com características distintas mas que asseguram completa integração.

4.1.1. Estrutura Operacional por eixos prioritários

Eixo Prioritário 1 Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal

- Medida 1 - Infraestruturas de Requalificação Territorial
- Medida 2 - Equipamentos colectivos
- Medida 3 - Recursos Humanos
- Medida 4 - Acções Específicas de Valorização Territorial
- Medida 5 - Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico

Eixo Prioritário 2 Acções integradas de base territorial

- Medida 1 - Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade
- Medida 2 - Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial
- Medida 3 - Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Empregabilidade
- Medida 4 - Acção Integrada e Revitalização das Áreas de Baixa Densidade - Componente Empregabilidade

Eixo Prioritário 3 Intervenções sectoriais desconcentradas

- Medida 1 - Infraestruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FEDER)
- Medida 2 - Ensino Profissional (FSE)
- Medida 3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao nível local
- Medida 4 - Apoio ao Investimento do Desenvolvimento Local
- Medida 5 - Ciência, Tecnologia e Informação
- Medida 6 - Sociedade de Informação – FEDER
- Medida 7 - Sociedade de Informação – FSE
- Medida 8 - Saúde
- Medida 9 - Cultura
- Medida 10 - Desporto
- Medida 11 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)
- Medida 12 - Pescas – FEDER
- Medida 13 - Pescas – IFOP
- Medida 14 - Economia
- Medida 15 - Acessibilidades e Transportes
- Medida 16 - Ambiente
- Medida 17 - Assistência Técnica - FEDER
- Medida 18 - Assistência Técnica - FSE
- Medida 19 - Assistência Técnica - FEOGA

Fonte: CCDRALg.

Destes três eixos, o eixo prioritário 2 é aquele que mais directamente interessa aos concelhos da Serra do Caldeirão, ainda que, obviamente, também os outros dois eixos possam contribuir para financiar o desenvolvimento destes concelhos. De facto, de acordo com o PROA, o eixo 1 «tem por objectivo principal a formação da qualificação dos espaços físicos e da qualidade de vida das populações»⁴ e o eixo 3 «tem por objectivos afirmar a competitividade económica regional e construir as condições de competitividade regional»⁵. A diferença entre estes dois eixos é que, enquanto o eixo 1 visa apoiar projectos inseridos no quadro de competências dos municípios e de âmbito municipal ou intermunicipal, o eixo 3 integra as acções a desenvolver na Região pelos próprios sectores da Administração Central desconcentrada, isto é, pelas direcções regionais.

O eixo 2, o que mais nos interessa analisar neste artigo, «destina-se a apoiar intervenções complementares ao investimento municipal e sectorial»⁶.

Das 4 medidas do eixo 2, as que se destinam a acções integradas de revitalização de Áreas de Baixa Densidade são as medidas 1 e 4, já que as outras duas se destinam a apoiar a requalificação das cidades.

De acordo com o PROA, a medida 1, de revitalização de Áreas de Baixa Densidade, abrange também, as zonas dinâmicas do Barrocal em torno de Silves, Loulé e São Brás de Alportel, para além, naturalmente, das outras zonas que temos vindo a referir. Com esta medida, «pretende-se promover a utilização sustentável dos recursos naturais e do património edificado, cultural e etnográfico através do lançamento de iniciativas de revitalização sócio-económica que conjuguem, designadamente, actividades agrícolas, turísticas, recreativas e culturais, e iniciativas nos domínios da protecção e valorização do ambiente e da vulgarização das tecnologias de informação e da comunicação, numa estratégia de pluriactividade»⁷.

Já a medida 4, «destina-se a concretizar acções de promoção do emprego, formação e igualdade de oportunidades (...)), como complemento à medida 1»⁸.

Claro está que as medidas 2 e 3, pretendendo «a qualificação urbana do litoral e a promoção da competitividade, garantirá ao interior a proximidade de competências humanas, dos serviços especializados, dos mercados potenciais e da dinâmica empresarial de que necessitam para o seu desenvolvimento»⁹.

Estas são portanto medidas também muito importantes, já que do seu sucesso depende, em grande parte, a possibilidade de fixação dos jovens em freguesias rurais vizinhas, onde as oportunidades de emprego não serão muitas, nem muito qualificadas.

⁴ PROA, CCDRALg, p. 46

⁵ Idem, ibidem, p. 68

⁶ Idem, ibidem, p. 56

⁷ Idem, ibidem, p. 56

⁸ Idem, ibidem, p.64

⁹ Idem, ibidem, p. 58

Quadro 4.1. Plano de financiamento indicativo por eixos prioritários.

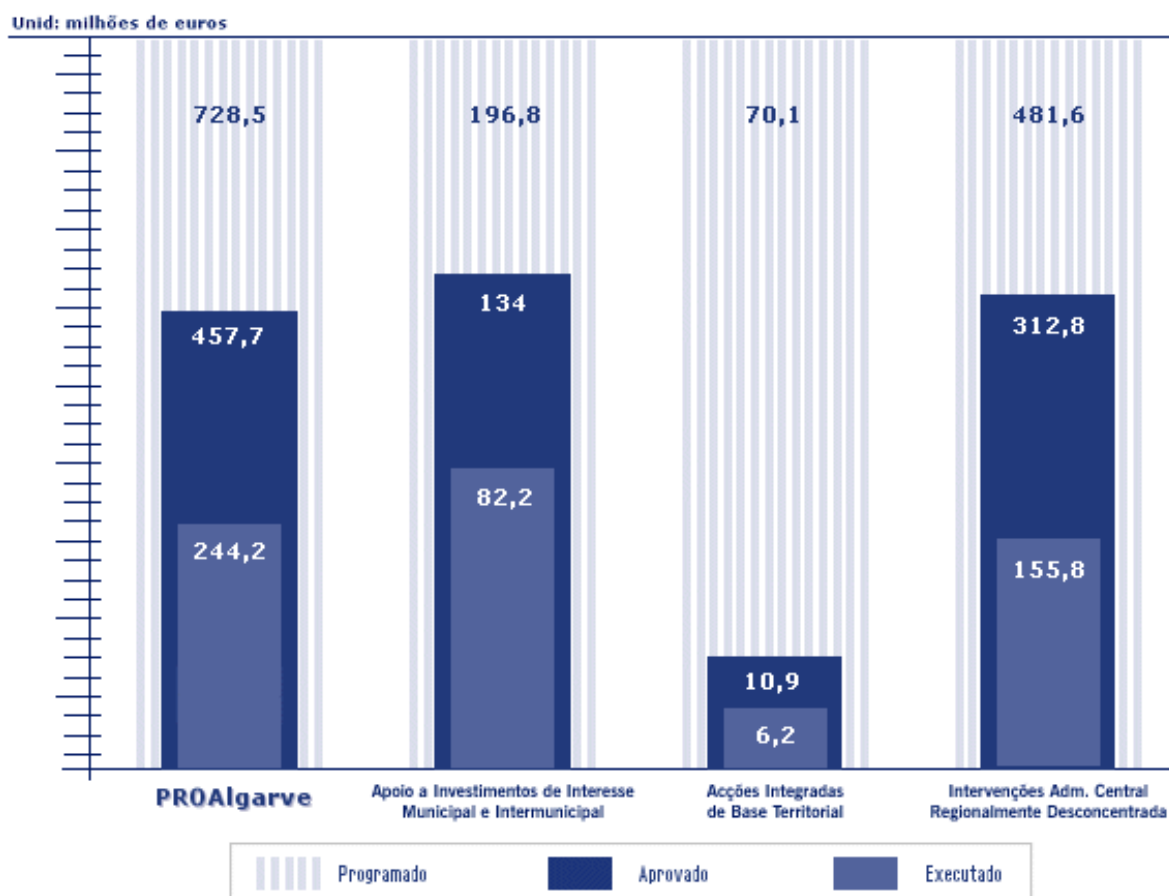
Eixo	Medida	Peso da despesa pública total
Eixo Prioritário 1	Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal	27,8%
Eixo Prioritário 2	Acções integradas de base territorial	9,9%
	1 - Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade	5,3%
	2 - Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial	3,5%
	3 - Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Empregabilidade	0,3%
	4 - Acção Integrada e Revitalização das Áreas de Baixa Densidade - Componente Empregabilidade	0,8%
Eixo Prioritário 3	Intervenções sectoriais desconcentradas	62,3%
Total		100,0%

Fonte: CCDRALg.

O quadro apresenta a distribuição percentual da ponderação financeira de cada medida. O investimento público previsto é de 728,5 milhões de euros (cerca de 146 milhões de contos) para os 6 anos, dos quais 453 milhões de euros (91 milhões de contos) são de financiamento comunitário. Quer dizer, o financiamento comunitário corresponde a 62% do investimento público. Desse financiamento comunitário, o FEDER é responsável por 80,6%, o FSE por 10,8%, o FEOGA por 8,2% e o IFOP pelos restantes 0,4%.

A estes financiamentos comunitários adicionam-se fundos financiados pelo BEI, no montante de 142,6 milhões de euros (cerca de 28,5 milhões de contos).

Em suma, para Acções Integradas de Base Territorial, haverá (apenas) uma despesa pública total de 70,1 milhões de euros (cerca de 14 milhões de contos). As medidas 1 e 2 serão financiadas pelo FEDER e as medidas 3 e 4 pelo FSE, com as respectivas participações nacionais, quer a nível central quer a nível local. No entanto, de acordo com o plano indicativo por anos e eixos prioritários, aos 70 milhões de euros para estas acções, juntar-se-ão ainda, na totalidade, as verbas do BEI acima referenciadas (no valor de 142,6 milhões de euros).

Quadro 4.2. Níveis de execução.

Fonte: CCDRALg.

4.2. Outros programas

4.2.1. Programa Leader +

A iniciativa comunitária Leader + articula-se em torno de três Eixos.

Eixo 1: Apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto, assentes na abordagem ascendente e em parcerias horizontais, que actuem a nível local;

Eixo 2: Apoio à cooperação entre territórios rurais, seja essa cooperação Intra-Estado membro ou entre diversos Estados-membros;

Eixo 3: Colocação em rede de todas as zonas rurais da União Europeia.

A contribuição total do FEOGA - Orientação para este programa, no período 2000–2006, mas com execução até 2008, é de 2.020 milhões de euros, a preços de 1999 (cerca de 404 milhões de contos).

Esta contribuição ascende a um máximo de 75% do custo total elegível nas regiões abrangidas pelo objectivo n.º 1 e a um máximo de 50% nas regiões não abrangidas pelo objectivo n.º 1.

A Portugal foram atribuídos 152 milhões de euros (cerca de 30,4 milhões de contos) a preços de 1999.

Um sem número de acções têm sido implementadas, com financiamento deste programa comunitário, pelas associações de Desenvolvimento Local in Loco, Vicentina e Terras do Baixo Guadiana. Esta última associação é uma parceria entre três associações, a associação Alcance (para o desenvolvimento do concelho de Alcoutim), a associação Odiana (para o desenvolvimento do Baixo Guadiana) e a ADPM (para o estudo e defesa do património natural do concelho de Mértola).

O território de aplicação do projecto Arrisca, da associação in Loco, abrange quase toda a zona algarvia da Serra do Caldeirão, com excepção dos concelhos de Alcoutim e Castro Marim. Estes concelhos são o território de intervenção da associação Terras do Baixo Guadiana, aos quais se junta, também, o concelho de Vila Real de Santo António.

Uma consulta das páginas destas associações na Internet, recomenda-se! Essa consulta permite figurar a importância e o relevo que estas associações, em colaboração com os municípios, com os organismos públicos regionais e com as associações empresarias têm tido no esforço de desenvolvimento dos territórios de intervenção. Sintomas de algum desenvolvimento nesses territórios, na década de 90, pudemos de alguma forma constatar, na comparação de alguns indicadores que apresentámos no ponto 2 deste artigo.

4.2.2. Programas Agro, Ruris e Agris

Estes programas comunitários, também fora do QCA III, são, tal como o programa Leader +, da responsabilidade do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O programa Agro, prevê um financiamento total de 37.642 euros (cerca de 7.528 contos), com uma participação dos fundos estruturais de 67,6%.

Este programa integra dois eixos: melhorar a competitividade agro-florestal e a sustentabilidade rural (eixo 1); e reforçar o potencial humano e os serviços à agricultura e zonas rurais (eixo 2). O período de execução é o mesmo, isto é, o período 2000-2006.

O programa Ruris, Plano de Desenvolvimento Rural, através das suas quatro intervenções - medidas agro-ambientais, indemnizações compensatórias, florestação de terras agrícolas e reforma antecipada - contribui para a prossecução da política agrícola e para o desenvolvimento rural.

O programa Agris comporta 6 acções: diversificação na pequena agricultura; desenvolvimento de produtos de qualidade; gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas; serviços à agricultura; gestão de recursos hídricos e emparcelamento; e caminhos e electrificação rural.

O período de vigência destes dois últimos programas é o mesmo, isto é, 2000-2006.

4.2.3. Programa PRASD

Recentemente, Daniel Bessa foi chamado a preparar um relatório de diagnóstico que permitisse ao Ministério da Economia lançar um novo programa para a Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos.

Este programa pretende, como o próprio nome indica, por um lado promover a convergência das regiões desfavorecidas e, por outro lado, recuperar as áreas e os sectores que mais intensamente sofreram os efeitos da reestruturação económica ou que apresentem debilidades estruturais graves e persistentes.

A prossecução destes objectivos pressupõe a definição das áreas que beneficiarão de medidas de discriminação positiva, uma vez regionalmente diferenciadas. Pressupõe também uma diferenciação regional da reserva fiscal para investimento, o incentivo à criação e localização de empresas nas regiões menos favorecidas, a reestruturação e o desenvolvimento de vocações nas áreas fragilizadas, privilegiando um fundo de Capital de Risco PRASD.

De acordo com uma das recomendações estratégicas apresentadas por Daniel Bessa, há alguns concelhos algarvios que poderão vir a beneficiar de financiamento no âmbito deste programa. São eles os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique, precisamente aqueles em que o índice de poder de compra per Capita é inferior a 75% da média nacional. Tendo sido este o critério, não serão infelizmente elegíveis as freguesias rurais que pertençam a concelhos com um índice de poder de compra per Capita superior a 75%. Uma vez mais a resolução das assimetrias dentro de cada um desses concelhos é deixada à exclusiva responsabilidade dos municípios, dos organismos regionais, das associações empresariais e das associações de desenvolvimento local. Neste contexto, torna-se ainda mais premente aumentar a taxa de aprovação de novos projectos financiados pelo Eixo prioritário 2 do programa PROA.

Referências

<http://www.in-loco.pt/inloco/serra.htm>

Programas *Leader* + e *Arrisca*

<http://www.min-agricultura.pt>

Programas *Agro* e *Agris*

<http://www.idrha.min-agricultura.pt>

Programa *Ruris*

<http://www.anmp.pt/mun>

<http://www.amal.pt>

PRASD, Ministério da Economia

PROA, CCDRALg

Silva, J. A. e J. Andraz, *Caracterização Sócio-económica da Região do Algarve*, documento de trabalho (2003).

XIII Recenseamento Geral da População, INE (1991).

XIV Recenseamento Geral da População, INE (2001).